

Amanda Guimarães da Cunha
Luiz Magno Pinto Bastos Junior

3ª revista,
atualizada
e reestruturada
EDIÇÃO

Direito Eleitoral Sancionador

A matriz de garantias do devido processo

*Inclui análise sobre a nova Resolução de Ilícitos Eleitorais do TSE
(nº 23.735/2025, alterada pela Res. nº 23.757/2026) e de Propaganda
Eleitoral (Res. nº 23.610/2019, alterada pela Res. nº 23.755/2026)*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio à 3ª edição	XIII
Prefácio à 2ª edição	XVII
Prefácio à 1ª edição	XIX
Apresentação à 3ª edição	XXIII
Introdução	1
1. Direito Eleitoral Sancionador e os Ilícitos Eleitorais de Natureza Sancionatória	9
1.1. O Que é o Direito Sancionador.....	12
1.2 Configuração dos Ilícitos Eleitorais e a Nova Resolução TSE Nº 23.735/2024 (Atualizada Pela RES. TSE no 23.757/2026)	30
1.3 Natureza Jurídica Sancionatória dos Ilícitos Eleitorais	51
1.4 Direito Eleitoral Sancionador: A Individualização do Ramo Perante as Esferas Cível, Penal e Administrativa	72
1.5 Premissas Teóricas para a Construção de um Regime Material e Processual Aplicável aos Ilícitos Eleitorais.....	79
1.6 Retrato dos Meios de Apuração dos Ilícitos Eleitorais de Natureza Sancionatória no Direito Brasileiro	93
2. As Obrigações Decorrentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o Dever do Controle de Convencionalidade e as Regras do Devido Processo Convencional	105
2.1 O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Status Jurídico Conferido à Convenção Americana no Ordenamento Brasileiro	106
2.1.1 As Obrigações decorrentes da adesão ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos	113

2.1.2 Os efeitos das decisões da Corte Interamericana sobre os Estados: <i>Res Interpretata e Res Judicata</i>	117
2.2 O Controle de Convencionalidade.....	124
2.2.1 A técnica de interpretação constitucional conforme os direitos humanos	133
2.2.2 O princípio interpretativo pro persona como critério solucionador de antinomias.....	141
2.3 A Garantia Convencional do Devido Processo Legal: aplicabilidade das regras definidas no art. 8º da Convenção ao Direito Sancionador.....	150
2.4 Matriz De Garantias do Devido Processo Constitucional-Convencional Aplicável ao Direito Eleitoral Sancionador	176
3 A Garantia Convencional da Imparcialidade e a (RE) Interpretação do art. 23 da Lei de Inelegibilidades Conforme os Direitos Humanos.....	187
3.1 O Poder Instrutório da Autoridade Judicial Eleitoral Conferido Por Meio do Art. 23 da Lei de Inelegibilidades (LC 64/90)	188
3.2 Os Fundamentos do Supremo Tribunal Federal para Afirmação da Constitucionalidade do Art. 23 da Lei de Inelegibilidades na ADI 1.082	196
3.3 O Papel da Autoridade Judicial no Direito Eleitoral Sancionador e a Garantia Convencional da Imparcialidade	205
3.3.1 A Garantia de Imparcialidade para Julgamento	207
3.4 Proposta de Releitura do Art. 23 da Lei de Inelegibilidades, em Face da Preservação dos Direitos Humanos	221
Considerações Finais.....	225
Referências Bibliográficas	231